

MARCAS DA “MACRO-ANCESTRALIDADE” AFRO-INDÍGENA NA VARIEDADE DE PORTUGUÊS FALADA PELOS TEMBÉ DO GUAMÁ (PA)

Mara Sílvia Jucá ACÁCIO (UEPA)¹

Resumo: O objetivo deste artigo é o de apresentar um recorte da pesquisa de campo realizada por Jucá Acácio (2020) com os indígenas Tembé do Guamá no que tange às marcas da macro-ancestralidade afro-indígena encontradas no português rural falado na área da Terra Indígena Alto Rio Guamá, doravante TIARG, localizada no nordeste do estado do Pará, mais exatamente, no município de Santa Luzia do Pará, à luz dos estudos de Oliveira, Zanolli, Módolo (2019); Jucá Acácio (2022); Santos (2016), Sodré (2015); Salles ([1931] 2004); Freire (2011), entre outros. A metodologia partiu de uma revisão bibliográfica do referencial teórico e da coleta de dados apresentada em Jucá Acácio (2020). A partir dos fenômenos linguísticos observados no português falado pelos Tembé do Guamá, na atualidade, pode-se perceber que as marcas da ancestralidade afro-indígena estão imbricadas na herança cultural e linguísticas desse povo, e isso se atesta pelas ações que os Tembé do Guamá vêm empreendendo em prol de recuperarem suas tradições e até mesmo sua língua de ancestralidade.

Palavras-chave: Macro-ancestralidade; Afro-indígena; Português; Tembé do Guamá.

Abstract: The aim of this article is to present an excerpt from the field research carried out by Jucá Acácio (2020) with the Tembé indigenous people from Guamá regarding the marks of Afro-indigenous macro-ancestry found in rural Portuguese spoken in the area of Terra Indígena Alto Rio Guamá, located in the northeast of the state of Pará, more precisely, in the municipality of Santa Luzia do Pará, in the light of the studies by Oliveira, Zanolli, Módolo (2019); Jucá Acácio (2022); Santos (2016), Sodré (2015); Salles ([1931] 2004); Freire (2011), among others. The methodology started from a bibliographic review of the theoretical framework and data collection presented in Jucá Acácio (2020). From the linguistic phenomena observed in the Portuguese spoken by the Tembé of Guamá, nowadays, it can be seen that the marks of Afro-indigenous ancestry are intertwined in the cultural and linguistic heritage of this people, and this is attested by the actions that the Tembé of Guamá have been undertaking in favor of recovering their traditions and even their ancestral language.

Keywords: Macro-ancestry; Afro-indigenous; Portuguese; Tembe from Guama.

Palavras iniciais

Neste artigo apresenta-se um recorte dos resultados de pesquisa de campo realizada por Jucá Acácio (2020) com os Tembé do rio Guamá que habitam a Terra Indígena Alto Rio Guamá, mais exatamente na área limítrofe entre os municípios paraenses de Santa Luzia do Pará e Capitão Poço, onde se encontram as aldeias Sede, *Ituaçu*, São Pedro, *Pinawa*, *Ita Puty'r*, *Iarape Iwazu* e Frasqueira, *locus* da pesquisa. Os Tembé do Guamá estão inseridos em multilinguismo e assentados em uma área historicamente plurilíngue; são, portanto,

¹ Docente adjunta da Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Departamento de Língua e Literatura, Belém, Pará, Brasil. E-mail: marajuca61@gmail.com / mara.juca@uepa.br

exemplares de áreas geolinguísticas enfocadas pela Linguística de Contato (JUCÁ ACÁCIO e OLIVEIRA, 2022).

A Linguística de Contato é um ramo de estudos que enfoca áreas geolinguísticas que atestam, no mesmo *locus*, línguas distintas umas das outras e com “poucos” falantes em cada uma delas – no presente ou no passado em que se deu (ou que ainda se dá) a formação do espaço sociocomunicativo, de acordo com Oliveira *et al* (2019). Ainda, Oliveira; Zanoli; Módolo (2019) anotam que em áreas geolinguísticas

(...) verifica-se, portanto, uma situação de multilinguismo/ plurilinguismo e de hibridismo cultural que caracterizou vastas áreas do globo em fins do século XV, estendendo-se até o século XIX, ou seja, um período de pelo menos quatro séculos no qual se deu a formação de áreas geolinguísticas que são conhecidas como “Novo Mundo” (OLIVEIRA; ZANOLI; MÓDOLO, 2019, p. 308).

Os autores supracitados explicam o plurilinguismo e o multilinguismo no Brasil-colônia à luz do que denominam como duas “macro-ancestralidades”: a ameríndia e a africana. Assim, neste artigo, abordarei – no sentido de Oliveira, Zanoli & Módolo (2019, p. 319) – acerca do plurilinguismo de “macro-ancestralidade” indígena na Amazônia paraense enfocando a área dos Tembé do Guamá situados no município de Santa Luzia do Pará.

Um breve histórico do contato linguístico no nordeste paraense e na TIARG

A Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) em sua extensão total vai do nordeste paraense até rio Gurupi fazendo fronteira com o Estado do Maranhão, o que se atesta no mapa 01:

Mapa 01 – Localização da TIARG



Fonte: Extraído de Jucá Acácio (2020, p. 37) e renumerado.

Em Nimuendaju ([1944] 2017, p. 121) observa-se que, historicamente, entre os séculos XVII e XIX os Tembé conviviam com os Guajajara às margens do rio Gurupi na divisa do Pará com o Maranhão, ambos os grupos falavam línguas da família tupi-guarani, sendo que de um lado do rio Gurupi viviam os guajajara, e do outro lado, os Tembé conhecidos hoje como Tembé do Guamá e Tembé do Gurupi, como se observa no mapa 02:

Mapa 03 – Localização da Comunidade Narcisa



Fonte: Mapa extraído de Sodré (2015, p. 29), readaptado e renumerado.

Segundo Sodré (2015, p. 45), os negros da comunidade de Narcisa participaram ativamente do processo de ocupação e desenvolvimento da região do rio Guamá. Esses negros muitas vezes não aparecem nas narrativas locais, nem na literatura sobre o processo de ocupação da região. No entanto, a autora observa que sem eles a ocupação do nordeste paraense não teria sido a mesma, já que as políticas de colonização para a região envolveram diretamente esses povos que também habitavam a região há bastante tempo.

O contato de línguas africanas na região norte

Jucá Acácio (2020) enfatiza alguns aspectos da vasta história etnolinguística ligada à macro-ancestralidade africana na Amazônia com ênfase na área paraense.

No que tange ao multilinguismo/plurilinguismo de ancestralidade africana, é preciso ter em mente que a importação de escravizados negros se iniciou no Brasil na metade do século XVI e prosseguiu até o século XIX, ‘flutuando’ em quatro grandes ciclos, definidos por áreas geolinguísticas africanas distintas’ (BONVINI, 2008, p. 26).

Oliveira; Zanoli; Módolo (2019, p. 320) anotam que estudos acerca da demografia do tráfico negreiro africano mostram a entrada de mais de quatro milhões de africanos no Brasil, trazidos durante um período de trezentos anos. Segundo os autores, Bonvini (2008, p. 30-31) aponta cerca de 43 línguas trazidas com os escravizados para o Brasil que se repartem em duas áreas de proveniência: oeste-africana e austral (essencialmente do grupo banto).

Nesse contexto, não é nada fácil reconstituir o mosaico de línguas atestadas na região norte do Brasil à época da colonização, principalmente no que concerne à história do contato de línguas africanas. Entretanto, Salles ([1971] 2005, p. 44) anota que apesar da escassez de documentos que comprovem a entrada de africanos trazidos na condição de escravos para a região amazônica, a inserção desses, remonta ao século XVII. Segundo o autor

[...] não pode passar despercebida a informação da existência, já em 1693, da Igreja de N. S. do Rosário, devoção dos negros. Sabe-se, concretamente, que a Irmandade do Rosário foi fundada em Belém a 9 de agosto de 1682. Ela teria a seu

encargo não a igreja, o edifício atual, como se pode depreender da citação do cronista, mas de uma modesta ermida, demolida em 1752 e reconstruída no mesmo ano, com idênticas proporções e no mesmo lugar [...] (SALLES, [1971] 2005, p. 44).

Com relação à origem dos negros que chegaram à Amazônia por volta do século XVII, Salles ([1971] 2005) busca reconstituir esse mosaico de imigração, anotando que

[...] A provisão de 18 de março de 1662 fala de negros de Angola, certamente da área de cultura banto. Já a provisão de 10 de abril de 1680 fala de negros da Costa da Guiné, portanto de provável origem sudanesa [...] Negros Mina foram desembarcados no Pará e Maranhão, negros que se incluem na área das culturas sudanesas. Os negros chegados em 1753 de Bissau, capital da Guiné portuguesa, também podem ser incluídos nessa área. [...]. No ano de 1759 chegou o navio N. S. da Conceição que embarcara com 500 negros da nação Moxicongo. (SALLES, [1971] 2005, p. 82).

No final do século XIX e início do século XX, Salles ([1971] 2005, p. 84) aponta uma imigração não convencional de negros barbadianos – na verdade originários da colônia inglesa de Barbados, no Caribe –, trazidos para a Amazônia, sobretudo para Belém, por capitalistas ingleses, que obtendo sucessivas concessões para exploração de serviços no Pará e no Amazonas, necessitaram de mão-de-obra qualificada, do ponto de vista da língua e da cultura, provavelmente. Assim, os negros de Barbados foram trazidos pelos ingleses em navios que faziam a linha Nova York - Manaus, com escala na ilha de Barbados e Belém. Segundo o autor, muitos desses negros foram destinados também à construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Segundo Figueiredo & Oliveira (2013, p. 112), os africanos escravizados trazidos para o Grão-Pará pertencem a três grupos linguísticos: (i) os falantes de línguas bantas, (ii) os falantes de línguas quá e (iii) os falantes de línguas defóide:

[...] (i) Línguas Bantas – os escravos que falavam essas línguas foram trazidos da costa oeste africana das atuais repúblicas do Congo, República Democrática do Congo, Angola, e mais tarde, da costa leste africana, mais propriamente de Moçambique. Compreendem as línguas faladas pelo maior número de cativos (Bonvini, 2008: 30). [...]

[...] (ii) Línguas Quá (subgrupo gbe) – os negros que falavam essas línguas eram oriundos do chamado “Ciclo da Costa da Mina” e conhecidos ainda como “sudaneses”. Atualmente, essa área linguística compreende os países africanos de Gana, Togo, Benin e Nigéria. Três línguas muito citadas são *gbe*, *eve* e *fon*. Línguas desse grupo são designadas no Brasil pelo termo *jeje* [...] (Bonvini, 2008: 30).

[...] (iii) Línguas Defóide (*sic*) – os negros desse grupo atestavam diferentes falares iorubás e são conhecidos no Brasil pelo termo *nagô-queto* (Bonvini, 2008: 30). Eram provenientes da Nigéria [...] (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013, p. 112).

Jucá Acácio (2020) também anota considerações etnolinguísticas sobre comunidades rurais que são conhecidas como comunidades quilombolas, enfatizando áreas paraenses. Essas comunidades têm sido reconhecidas como grandes marcos da inserção de negros escravizados no Brasil colonial. São, contudo, também reconhecidas como sociedades

resultantes da miscigenação afro-indígena – ver, entre outros, Oliveira *et al* (2015). Sobre essas comunidades, Oliveira, Campos & Fernandes (2011) citam que

A Constituição Federal de 1988 trouxe os quilombos para a agenda das políticas públicas ao instituir o direito de posse de terra aos “remanescentes de comunidades quilombolas”. O termo “remanescente de quilombos”, desde o início, foi motivo de grande debate; atualmente é consensual que:

- Comunidades afro-brasileiras com direito a posse de suas terras não são, necessariamente, comunidades: (i) que se inserem em sítios arqueológicos comprovadamente ligados a quilombos da época da escravidão; (ii) isoladas ou de população estritamente homogênea; (iii) que têm, obrigatoriamente, de ter se constituído a partir de movimentos de insurreição.
- Comunidades afro-brasileiras com direito à posse de suas terras são comunidades que: (i) que se autoidentificam como um grupo étnico, distinto do restante da sociedade.

Nesse sentido, a autoidentificação étnica não se reduz, por exemplo, a cor de pele; há que se levar em conta que a miscigenação é uma característica importante na constituição étnica das inúmeras sociedades que formam o mosaico cultural brasileiro”. (OLIVEIRA, CAMPOS & FERNANDES, 2011, p. 129)

Segundo o Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA, 2005) e Cecim (2014) o Pará possui 286 comunidades quilombolas identificadas, localizadas em 45 municípios e que estão distribuídas em oito grandes regiões: (i) Grande Belém, (ii) Região das ilhas/Marajó, (iii) Guajarina, (iv) Bragantina, (v) Tocantina, (vi) Gurupi, (vii) Baixo Amazonas, (viii) Trombetas.

Oliveira, Campos & Fernandes (2011), Cecim (2014), Campos (2014), entre outros, inserem-se em um conjunto de pesquisas etnolinguísticas centradas na comunidade quilombola de Jurussaca no Pará. Ainda, é importante ressaltar o trabalho linguístico pioneiro de Regina Cruz em áreas quilombolas paraenses – ver, entre outros, Cruz (1996). Por meio do trabalho de Regina Cruz em comunidades rurais (quilombolas) da área de Cametá, observa-se que essas áreas de fala de ancestralidade africana (e indígena) carregam marcas de línguas africanas (e indígenas). Observe-se o trecho abaixo de Oliveira *et al* (2015) sobre a pesquisa de Regina Cruz na área de Cametá

Cruz (1996) apontou 4 características fonéticas do português afro-brasileiro amazônico: (1) as alterações entre as líquidas; (2) as vogais posteriores; (3) as construções clíticas; (4) os ideofones. O que queremos destacar nestas linhas acerca das inúmeras partes importantes da pesquisa da autora – que não se resume somente aos textos que enfatizamos – são os ideofones em Cametá. Cruz (2000) aponta as 4 comunidades estudadas como formadas por escravos fugidos da época do Brasil Colônia e o seu estudo sobre os ideofones dessas comunidades apresenta uma característica fonológica que o distingue do português amazônico típico: ausência de sons bilabiais. Logo, essa seria uma marca de identidade muito forte dessas comunidades, segundo Cruz (2000: 229). Essa característica corrobora a historicidade dessas comunidades com os movimentos quilombolas do Brasil Colônia – ligados aos escravos fugitivos do sistema de ‘plantação’ [...]. Escravos quilombolas desenvolveram uma estratégia de comunicação que envolvia não mexer os lábios, a fim de que fosse difícil para o colonizador português decifrar possíveis mensagens envolvendo rebeliões, fugas etc. Estaria aí a ausência dos sons bilabiais nos ideofones em Cametá. Uma prova linguística do contato Atlântico. Ratificamos, portanto, a importância de

se empreender esforços em se estudar áreas de “interface” e áreas ligadas à fonologia e à prosódia, por exemplo”. (OLIVEIRA ET AL, 2015, p. 170-171)

Jucá Acácio (2020), quando trata sobre os remanescentes quilombolas da comunidade de Narcisa, cita Medeiros (2012, p. 8) que anota que a comunidade de Narcisa se auto reconhece como remanescente quilombola. Essa comunidade rural, como se mencionou no mapa (03), acima, localiza-se no município de Capitão Poço, no nordeste do Estado do Pará, à margem esquerda do rio Guamá, fronteira com a Terra Indígena Tembê do Alto Rio Guamá.

Para Sodré (2015, p. 145), o contato de negros com indígenas observa-se na relação entre os remanescentes quilombolas de Narcisa e os indígenas tembê do Guamá, em razão das relações entre indígenas e quilombolas que foram sendo amenizadas com o passar do tempo, abrindo espaço alianças para matrimoniais estabelecidas entre os dois grupos étnicos. Segundo a autora, são observadas uniões conjugais em várias gerações entre os negros de Narcisa e os indígenas da etnia Tembê, localizados na Reserva Indígena Alto Rio Guamá.

Entretanto, segundo Jucá Acácio (2020) há de se empreender estudos sobre a comunidade de Narcisa a fim de, entre outros, cotejar traços linguísticos entre a variedade de português falada por esta comunidade e traços linguísticos da variedade de português falada pelos Tembê.

Da macro-ancestralidade afro-indígena na TIARG

Os Tembê do Guamá têm a língua *tembé-tenetehar* como língua de ancestralidade. Essa língua é classificada na literatura especializada como língua da etnia tembê, pertencente ao ramo IV da família linguística tupi-guarani, do tronco tupi (cf. JUCÁ ACÁCIO, 2020).

Com relação ao intercâmbio com a língua portuguesa, os Tembê do Guamá têm um histórico de mais de um século de contato com essa língua. Primeiro, por meio dos portugueses na época do Brasil-colônia, e posteriormente, pelas relações que se estabeleceram entre esses indígenas e os ribeirinhos que habitavam a região, além de colonos nordestinos (maranhenses e cearenses) que migraram para os arredores da Terra Indígena Alto Rio Guamá na época da ocupação do nordeste do Pará.

Salles (1931); Freire (2011), Jucá Acácio (2020) e Jucá Acácio; Oliveira (2022) atestam que os contatos interétnicos e linguísticos dos Tembê do Guamá com outros grupos são bem conhecidos e que desde o século XVIII observa-se a presença de negros, colonos nordestinos, caboclos paraenses e de vários outros grupos indígenas na região.

Jucá Acácio (2020) baseando-se na descrição de aspectos etnográficos, na história sociocomunicativa na TIARG, na Educação Escolar Indígena (em que a autora atuou pela Licenciatura Intercultural junto aos Tembê do Guamá nos anos de 2012 a 2019, pela Universidade do Estado do Pará) e na descrição e análise de aspectos da variedade de português vernacular falada pelos Tembê do Guamá advoga quanto ao processo de *language shift*, isto é, a mudança do *tembé-tenetehar* para a variedade de português falada atualmente pelos Tembê de Santa Luzia do Pará, como sendo resultado de processo de mudança de língua rápida por parte de uma minoria em grande número, atestando interferência moderada da língua *tembé-tenetehar*. A autora afirma que o contato linguístico entre os tembê do Guamá e vários outros grupos que se estabeleceram ao redor da Terra Indígena culminou no processo de *language shift* (mudança de língua) do *tembé-tenetehar* para o português – vide alguns exemplos mais adiante.

A variedade de português falada pelos Tembê está associada ao contato linguístico e ligada à variedade de fala de português de matriz africana, o que ocorre por meio do contato com remanescentes quilombolas da comunidade de Narcisa, comunidade que se localiza também na fronteira da Terra Indígena Alto Rio Guamá, a aproximadamente onze quilômetros da sede do município de Capitão Poço, cuja população mantém estreito contato interétnico com os Tembê do Guamá há quase um século (JUCÁ ACÁCIO, 2020). Para justificar o contato interétnico a autora cita Sodré (2015), que observou uniões conjugais em várias gerações entre os negros do Narcisa e os indígenas da etnia Tembê da TIARG; e ainda cita Luz (2013) que também enfatiza o forte traço de miscigenação afro-indígena entre os tembê do Guamá, observado por esse autor nas aldeias Frásqueira e Ita Putyr; apesar de esses indígenas se reconhecerem somente como descendentes das tradições e da ancestralidade do povo *tembê-tenetehar*.

Outro traço que pode atestar a macro-ancestralidade afro-indígena entre os Tembê do Guamá diz respeito às festas de sincretismo religioso, que são festas com fortes marcas cristãs-católicas. Jucá Acácio; Oliveira (2022) atestam a forte influência do catolicismo na região dos Tembê do Guamá, as autoras afirmam que há forte sincretismo religioso a exemplo da festa de São Pedro que acontece no mês de setembro na aldeia São Pedro, do Círio de N. Sra. de Nazaré que ocorre no mês outubro na aldeia Sede, da procissão da Via Sacra que acontece no período da Semana Santa - momento em que são realizadas paradas e rezas nas casas dos indígenas -, da festa de São Raimundo Nonato (santo preto cultuado no catolicismo). Essa última também encontrada na comunidade quilombola de Narcisa, vizinha dos Tembê do Guamá.

Essas festas possivelmente se devam aos intensos contatos que os tembê do Guamá tiveram com populações negras, antes de se separarem, no início do século XX, do grupo tembê que ficou mais próximo do Maranhão, conhecidos como Tembê do Gurupi.

Cunha e Araújo (2011) também dissertam sobre o sincretismo com o catolicismo observado em comunidades quilombolas do Maranhão por volta do século XV. Desse modo, em Jucá Acácio; Oliveira (2022) observa-se o enquadramento dos Tembê do Guamá de Santa Luzia do Pará como uma comunidade afro-indígena de ancestralidade *Tembê-tenetehara*.

Jucá Acácio; Oliveira (2022) também discorreram sobre as linguagens cerimoniais entre os Tembê do Guamá, quando apresentam os festejos do *Wyra'u-how* (festa da moça – um ritual de passagem da infância para a puberdade) em que a língua cerimonial que integra o rito é uma mistura de *tembê-tenetehara* com *guajajara-tenetehara*. Na imagem 01 apresenta-se um dos momentos do ritual que é realizado anualmente na TIARG:

Imagem 01 – Ritual da festa da Moça



Fonte: Extraído e readaptado do *Blog Santa Luzia online*³.

Esses festejos presentes entre os Tembé do Guamá, que falam português como Língua 1, os auxiliam na manutenção da memória de sua ancestralidade *tenetehara*: um ecossistema cultural de matriz indígena singular que se expande e se ressignifica em distintas áreas atuais dos estados do Maranhão e do Pará.

Praça, Araújo; Oliveira (2013) quando tratam sobre as línguas cerimoniais do rito da dança do *torém* na comunidade dos Tremembé de Almofala, observam que as línguas cerimoniais são variedades de línguas híbridas que podem apresentar palavras em português quinhentista, palavras do latim, palavras do português moderno, palavras de línguas africanas e palavras de línguas indígenas e ainda serem influenciadas pelo ambiente ecolinguístico da comunidade. Essa mistura na língua cerimonial é muito parecida com o que ocorre na área dos Tembé do Guamá.

Daqui em diante, apresentam-se exemplos de fenômenos linguísticos que corroboram o português falado pelos Tembé do Guamá como português rural com marcas da ancestralidade afro-indígena.

Da “interferência” do português rural do entorno no português dos Tembé do Guamá

Jucá Acácio; Oliveira (2022) descrevem e analisam fenômenos linguísticos do português falado pelos Tembé do Guamá, apontando interferências de variedades de português do entorno, além de ressaltarem fenômenos que são bem atestados em variedades diversas de português faladas no Brasil, como se apresenta nos exemplos⁴:

Ex.: (1) *apuntá* /apuN'ta/ > apontar [a.põ.tax]

Ex.: (2) *canua* /ka'nua/ < canoa [ka'noa]

No exemplo (1) observa-se o alteamento de vogais pela elevação da vogal média-alta /o/ que, em posição pretônica, se realiza como vogal alta /u/, em ambiente nasal. Já no exemplo (2) observa-se a elevação da vogal média-alta /o/ que, em posição de sílaba tônica, se realiza como vogal alta /u/, em ambiente nasal.

³ <https://www.santaluzia-online.com/2018/10/aldeias-tembe-realizam-ritual-de.html>. Acesso em: 12.06.2023.

⁴ Exemplos extraídos de Jucá Acácio (2020) e renumerados para este artigo. A transcrição do diacrítico de sílaba tônica não está adequada, a transcrição correta é [a.põ.'tax], /ka'nua/, [ka.'noə]. Cf. <https://ipa.typeit.org/full/>.

Dessa maneira, de acordo com Cassique *et al.* (2009), Jucá Acácio; Oliveira (2022) observam que o alteamento de vogais posteriores em posição tônica é uma marca dialetal do português regional paraense; no caso de vogais pretônicas, como exemplificado em (1), a elevação pode ou não se dar nas variedades paraenses.

A interferência do tembé-tenetehara em um padrão silábico do português afro-indígena dos Tembê do Guamá

Jucá Acácio; Oliveira (2022) evidenciam a interferência do tembé-tenetehara em um padrão silábico do português afro-indígena dos Tembê do Guamá. E atestam uma restrição do padrão silábico CVC quando a última consoante deste padrão é preenchida pelo fonema rótico /R/. As autoras observam que o rótico na posição silábica de coda no padrão CVC é pronunciado pelo fonema /R/ em variedades de português faladas no Pará. É este fonema, nessa posição específica do padrão silábico CVC, que os falantes de português Tembê do Guamá evitam pronunciar por interferência do quadro fonológico do *tembé-tenetehara* nessa variedade de português.

Jucá Acácio (2020), observa que o sistema fonológico da língua tembé-tenetehara, baseado nos estudos de Duarte (2007), não atesta o fonema rótico /R/. Desse modo no exemplo (3) têm-se a restrição do padrão silábico CVC no português Tembê do Guamá quando a última consoante do padrão é o fonema rótico /R/; observe que a restrição se dá em todas as posições desse padrão silábico na palavra:

- a. Restrição do padrão CVC com rótico /R/ na coda em posição inicial da palavra:
Ex.: (3) português /protu'geS/ < português [pox.tu.'ges]
- b. Restrição do padrão CVC com rótico /R/ na coda em posição medial na palavra como em:
Ex.: (4) embagando /ẽbagãdu/ < embargando [ẽ.bax.'gã.du]
- c. Restrição do padrão CVC com rótico /R/ na coda em posição final de palavra como no:
Ex.: (5) entende /eN'teNde/ < entender [ĩ.tẽ.'dex].

Dos empréstimos do Tupi para o português dos Tembê do Guamá

Em Jucá Acácio (2020) observa-se a descrição de marcas da macro-ancestralidade indígena no português falado pelos Tembê do Guamá, a exemplo das palavras: *cunambi* ou *cunabi*, *nambú*, *pitiquinho* e *kwaharêr*.

A autora (*op. cit.*) anota que o termo *cunambi* ou *cunabi* é conhecido nas aldeias do rio Guamá como *uma erva mau cheirosa*, que tem efeito alucinógeno, pertencente à mesma família do *timbó*; é também conhecida como *cipó timbó*. O *cipó timbó* é um cipó mais fino e menos alucinógeno que o *cunambi*. Os tipos de cipó são utilizados pelos indígenas, que pilam esses cipós no pilão e jogam nas margens do rio para atordoar os peixes e pegá-los com as mãos. O termo *cunambi* está dicionarizado em Boudin (1978: 104), como:

Cunambi (*timbó* – esp. cultivada) *timô-kunami*; espécie de *timbó* cultivado – *Herba piscis inebrians* – *kunami* – *cunambi* [...]

Em De Português ([2009] 2019) [verbete *cunambi*], o termo é registrado como:

Cunambi: substantivo masculino [botânica] Arbusto da família das compostas (*Clibadium surinamense*), de flores esbranquiçadas, malcheirosas, reunidas em capítulos; conambim. Variação de cunabi, conambim [Etimologia] Do Tupi kunambí.

Já o termo *nambú* é conhecido entre os Tembé como uma batata, uma raiz bem pequena e de cor arroxeadas, usada para fazer chá para combater diarreias em crianças e adultos. A palavra *nambú* está dicionarizada em Boudin (1978, p. 239), como:

inamu – *inambú* (BC) – *inambú* (G); (...*curupira*) *namu wi-wam-a'i* (*idem*: *inamu wi-wim-a'i*) (...).

Em Da Língua Portuguesa ([2008] 2013) consta:

nambu | s. m. *nam·bu* substantivo masculino 1. Espécie de perdiz do Brasil; nhambu. 2. [Botânica] Planta dioscoreácea do Brasil.

Quanto ao termo *pitiquinho*, este é conhecido entre os Tembé do Guamá com o significado de ‘pouquinho’. O termo ‘pouquinho’ está dicionarizado em Boudin (1978, p. 279), como *pitzik-a'i* na língua *tembé-tenetehar* do Gurupi. Assim, *pitiquinho* parece ser uma reestruturação da palavra *pitzik-a'i* em que o sufixo *-inho* da língua portuguesa parece ter sido utilizado para substituir o diminutivo *a'i* do *tembé-tenetehara*.

Por fim, Jucá Acácio (2020) atesta o nome próprio *Kwaharêr(e)*. A palavra *Kwaharêr(e)* significa ‘menino’; porém, aparece no português tembé do Guamá como um nome próprio masculino. Em Rice (1943, p. 138) o termo *kwaharêr* está dicionarizado como: *kwaharêra-i* (*criança – macho*). O termo *kwaharêr* também está dicionarizado em Boudin (1978, p. 228), como: **menino**; *kunumi – cunumi* (BC) – *kunumi* (G); *kwaharêr* (*idem* *kwarêr*) (...).

Da “Interferência” da língua africana kikongo⁵ na área lexical do português dos Tembé do Guamá

A partir dos estudos de Bonvini (2008a) – que atesta que entre as línguas bantas trazidas para o Brasil, e para o Grão-Pará, está o *kikongo*, uma língua do grupo banto congo, H. 10 –, Jucá Acácio (2020) atesta as seguintes palavras do *kikongo* – *jita*, *jikita*, *cangula* e *kupê* –, no português falado pelos Tembé do Guamá, como se pode observar nos exemplos⁶:

Ex. (6): “Essa uma tá *jita*, pega outra pra ela”.

Ex. (7): “Essa tua roupa tá *jikita*”.

Ex. (8): “Sai do sol mais essa *cangula*, menino”.

Ex. (9): “Naquele tempo, os *kupê* num entravo nas nossas terra”.

No exemplo (6), tomando como base o dicionário de *kikongo* elaborado por Schuveter (2010), a palavra *jita* significa “reverenciar”, “honrar”. No entanto, de acordo com indígenas que colaboraram com a pesquisa de Jucá Acácio (2020, p. 253), o significado de

⁵ O kikongo é uma língua Bantu falada ao norte da República de Angola, nas Províncias de Uíge, Zaire e parte de Kwanza-Norte. Para além de Angola, o kikongo é falado na República Democrática do Congo.

⁶ Exemplos dos colaboradores MPTB, RCTB, GJRTB e RSTB, extraídos de Jucá Acácio (2020, p. 253) e renumerados para este artigo.

jita em português dos Tembê do Guamá refere-se a uma adjetivação: *pequena*, *miúda*, o que é distinto do significado em *kikongo*.

No exemplo (7), para a palavra *jikita*, seguindo também Schuveter (2010), Jucá Acácio (2020, p. 253) aponta o significado dessa palavra em *kikongo*, como: “fazer as tranças”, afirmando que, em português dos Tembê do Guamá, *jikita* significa *justa*, *apertada*; assim, o significado de *jikita* no português dos Tembê do Guamá tem relação com o campo semântico de *jikita* em *kikongo*, pois *trança* relaciona-se a *justa*, *apertada*.

No exemplo (8), o termo *cangula*, dicionarizado em *kikongo* como *kangula* (SCHUVETER, 2010), significa *desprender*, *soltar*; em português dos Tembê do Guamá, *cangula* significa *pipa*, *papagaio*. Nota-se, portanto, que o significado de *cangula* em português dos Tembê do Guamá também se aproxima do significado da palavra em *kikongo*, pois *pipa* liga-se ao campo semântico de *desprender*, *soltar* (o significado de *kangula* em *kikongo*).

Ainda quanto ao termo *cangula*, em pesquisa recente em Moju – município pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião do município de Tomé-Açu, em andamento –, a autora atesta a palavra *cangula* (Meu esposo foi fazer uma *cangula*) com significado de *aquela(a) que sai para fazer um bico (serviço extra)*. A autora observa que esse significado se aproxima daquele que foi encontrado para *kangula*, no dicionário de *kikongo* de Schuveter (2010), por também ligar-se ao campo semântico de *desprender e soltar*.

Já no exemplo (9), a palavra *kupê* está dicionarizada em *kikongo*, como *calção*, *calça curta*. Em português dos Tembê do Guamá, *kupê* significa ‘não indígena’ ou ‘pessoa branca’. Assim, o significado de *kupê* no português dos Tembê do Guamá pode estar ligado ao do *kikongo* pelo fato de os indígenas poderem ter associado a vestimenta *calção*, *calça curta* a pessoas não indígenas. Desse modo, essa vestimenta possivelmente não era usada pelos indígenas à época que a palavra *kupê* passou a ser usada pelos Tembê.

Ainda quanto à palavra *kupê* é importante ressaltar que essa palavra, de acordo com Jucá Acácio (2020)

[...] extrapola a variedade de português falada pelos Tembê do rio Guamá, haja vista que, *kupê* é uma palavra falada entre outras etnias indígenas, a exemplo dos Gavião Parkatejê e Kyikatejê, da T. I. Mãe Maria (com quem também convivi um certo tempo) e pude atestar que o termo é pronunciado por eles, como *kupê*, também com o significado de ‘não indígena’ ou ‘branco’ (JUCÁ ACÁCIO, 2020, p. 254).

Para justificar os vocábulos da língua *kikongo* atestados no português dos Tembê do Guamá, a que a autora se refere nos exemplos acima, Jucá Acácio; Oliveira (2022) destacam as palavras de Bonvini (2008b) que atesta que:

[...] no português falado hoje no Brasil, os vocábulos emprestados das línguas africanas, pelo menos aqueles cujo empréstimo é mais antigo, foram submetidos a um profundo remanejamento tanto no plano formal quanto no plano semântico. [...] No plano semântico, a configuração semântica (semema) do empréstimo foi submetida conjuntamente a dois fenômenos somente na aparência contraditórios, pois na realidade são complementares: de um lado, certa perda em relação à semântica de partida, de outro, uma reestruturação em profundidade, que geralmente chegou a um enriquecimento real, tanto no nível do próprio semema quanto no das formas derivadas. O que é atestado hoje no Brasil não é mais a realidade semântica

africana de partida, mas uma semântica nova, específica ao Brasil, e por isso “brasileira”. Trata-se, além de tudo, de uma semântica evolutiva e inovadora ao mesmo tempo. (BONVINI, 2008b, p. 142-143).

Desse modo, Jucá Acácio; Oliveira (2022) apontam que há ainda uma questão a ser colocada acerca das quatro palavras da língua *kikongo* encontradas no português falado pelos Tembê do Guamá, mencionadas nos exemplos (6), (7), (8) e (9), que merece maior investigação, pelo fato de elas não serem atestadas em levantamento de vocábulos de origem africana no português brasileiro (PB) registrado por estudiosos dos séculos XIX e XX, a exemplo dos estudos de Alkmim e Petter (2008) que apresentam um panorama do registro desses vocábulos, em que não se observa o registro das quatro palavras de origem *kikongo* encontradas entre os Tembê do Guamá. Alkmim e Petter (2008) apresentam ainda um *corpus* lexical que foi organizado por elas a partir de uma pesquisa do uso atual dos termos de origem africana no PB com fins de comparação com os registros anteriores de vários estudiosos.

O que intriga Jucá Acácio; Oliveira (2022), no trabalho acima mencionados, é que as quatro palavras da língua *kikongo* atestadas no português dos Tembê do Guamá não estão arroladas no levantamento de palavras africanas no PB realizado por estudiosos dos séculos XIX e XX. Tampouco essas quatro palavras da língua *kikongo* atestadas no português dos Tembê do Guamá estão inseridas no *corpus* lexical do uso atual dos termos de origem africana no Português Brasileiro, apresentados por Alkmim e Petter (2008). Assim, essas palavras africanas presentes no português dos Tembê do Guamá precisam de maior investigação, o que também justifica outra pesquisa, em andamento, da autora deste artigo em outros municípios, como por exemplo, em Moju (Pa), onde se observa que na variedade de português falada no município foram encontradas as palavras de origem *kikongo*: *jita* e *jikita* com o significado de “pequena” ou “apertada”, respectivamente, como se observa nos Tembê do Guamá, como acima mencionado. A palavra *cangula* foi encontrada com o significado de “roupa larga”, por exemplo: “Ela está usando uma *cangula*”; também como: “pessoa que faz um serviço extra”, por exemplo: “Meu esposo foi fazer uma *cangula*”; e ainda, com o significado “pipa feita com talas e sacolas plásticas”, por exemplo: “O menino está empinando a *cangula*”. Esses dados, embora iniciais, também parecem atestar marcas da macro-ancestralidade afro-indígena na variedade de português rural falada no município de Moju, pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião Tomé-Açu (Pa), de acordo com a pesquisa da autora, em andamento.

Palavras finais

Nesse artigo, a partir de um recorte das pesquisas de Jucá Acácio (2020) e Jucá Acácio; Oliveira (2022), apresenta-se algumas marcas da *macro-ancestralidade* afro-indígena na variedade de português rural falada pelos Tembê do Guamá, localizados em Santa Luzia do Pará. Reforça-se o que anota Jucá (2020, p. 275) quando diz que há necessidade de continuidade de estudos sob esse enfoque para fins de se compreender melhor que os povos indígenas que mudaram (ou estão mudando) seus falares de uma língua indígena para o português não perdem de forma alguma sua *autoidentidade indígena*, ao contrário, essas marcas de sua ancestralidade estão imbricadas na sua herança cultural e linguísticas *tenetehara*, e isso se atesta pelas ações que os Tembê do Guamá vêm empreendendo em prol de recuperarem suas tradições e até mesmo sua língua de ancestralidade.

Ressalta-se ainda, que o português falado pelos Tembê do Guamá, residentes em Santa Luzia do Pará, é resultado de contato linguístico; fenômenos linguísticos apontados nessa variedade de português auxiliam a corroborar que esta área de fala observa-se um tipo de *português rural afro-indígena*, evidenciado pelo: (i) contato da língua portuguesa com a língua tenetehara; (ii) contato do povo Tembê com escravizados africanos e mais recentemente, com remanescentes de quilombo; (iii) contato desse grupo indígena com o português, possivelmente desde o Brasil colônia. Este artigo também evidenciou que o português afro-indígena falado pelos Tembê do Guamá apresenta estreita ligação com o português rural do entorno da Terra Indígena Alto Rio Guamá.

Referências

ALKMIN, Tania; PETTER, Margarida. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida M. T. (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, p. 145-178, 2008.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida M. T. (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, p. 15-62, 2008a.

BONVINI, Emilio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida M. T. (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, p. 101-144, 2008b.

BOUDIN, Max H. [1966]. 1978. **Dicionário de Tupi-Moderno: dialeto Tembê-Ténêthár do alto rio Gurupi**. São Paulo: IMESP. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, Coleção Ciências Humanas, vol. 2, 393 p., 1978.

CECIM, Jair. **O português afro-indígena de Jurussaca-PA: revisitando a descrição do sistema pronominal pessoal da comunidade a partir da textualidade**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, 2014.

CUNHA, Ana Stela de A.; ARAUJO, Paulo Jeferson P. de. **Resizing Congo: Iberian frontiers of devotion**. *Anál. Social*, 199, p. 329-346, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732011000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2021.

DUARTE, Fábio B. **Estudos de morfossintaxe Tenetehára**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007.

FIGUEIREDO, Carlos F. G.; OLIVEIRA, Márcia S. D. 2013. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *PAPIA* 23 (92), p. 105-185. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2078/1916>.>. Acesso em: 23.05.2015.

FREIRE, José Ribamar. B. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

JUCÁ ACÁCIO, Mara Sílvia. **Um estudo etnolinguístico centrado na variedade de português vernacular dos Tembê do rio Guamá (PA)**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, 2020.

JUCÁ ACÁCIO, Mara Sílvia; OLIVEIRA, Márcia S. D. de. O português falado pelos tembé do rio Guamá novas luzes sobre o contato linguístico em áreas afro-indígenas. In: OLIVEIRA, Edna dos S.; VASCONCELOS, Eduardo A.; SANCHES, Romário. (Orgs.). **Estudos Linguísticos na Amazônia**. v. 02, 2022, p. 41-75.

LUZ, Helder C. **Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: uma análise nas aldeias frasqueira e Itaputyre da Reserva Indígena Tembé do Alto Rio Guamá (RIARG)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 2013.

NAEA, **Quilombos do Pará**. CD-ROM. Belém: NAEA-UFPA & Programa Raízes. 2005.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. [recurso eletrônico]. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2. ed. Brasília. DF, 1944 [2017]. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

OLIVEIRA, Márcia S. D. *et al.* O conceito de português afro-indígena e a comunidade de Jurussaca. In: AVELAR, Juanito O.; LÓPEZ, Laura A. (eds.) **Dinâmicas afro-latinas: língua (s) e história (s)**. Frankfurt an Main: Peter Lang, p. 149-177, 2015.

OLIVEIRA, Márcia. S. D.; ZANOLI, Maria de Lurdes; MODOLO, Marcelo. O conceito de “Língua Geral do Brasil” revisitado à luz da linguística de contato. **Journal of Ibero-Romance Creoles**, p. 306-333, 2019. Disponível em: http://media.voog.com/0000/0034/5140/files/JIRC9_12_Oliveira_Zanoli_Modolo.pdf. Acesso em: 14 out. 10.2019.

PRAÇA, Walkíria N.; ARAUJO, Gabriel A.; OLIVEIRA, Márcia S. D. **Linguagens rituais: exemplares de “fósseis linguísticos” – cotejando dados entre as comunidades de Jurussaca (PA, Brasil), Tremembé (CE, Brasil) e da Ilha de Ano Bom (Guiné Equatorial)**. Conferência apresentada no IV Seminário Internacional do GELIC, Universidade de São Paulo, 2013.

SALLES, Vicente. [1971]. 2004. **O negro na formação da sociedade paraense**. Textos reunidos. Belém-Pará: Paka-tatu, 250 p.

_____. [1971]. 2005. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 3ª. ed. Belém: IAP.

SANTOS, Francine de S. 2016. **Território Tembé-Tenetehara: luta por reconhecimento**. Universidade de São Paulo. FFLCH. Geografia. São Paulo. Disponível em: <http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021104/tce-03052017-183004/>>. Acesso em 24.07.2017.

SCHUVETER, Márcia. **Dicionário kikongo-português**. Instituto Educacional Ginga. São Paulo: Limeira – IEG, 2010. Disponível em: <<http://ieglimeira.blogspot.com/2011/02/dicionário-kikongo-português>> . Acesso em: 23 jun. 2019.

SODRÉ, Raimunda C. **Aqui é uma parentesa só**”: conjugalidade, gênero e identidade na comunidade quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas. AM, 2015. Disponível em: <http://www.ppgas.ufam.edu.br/alunos/14ppgiba/monografias/dissertacoes/10-2015>> Acesso em: 23 jun. 2016.

RICE, Frederic. J. D. 1934. **O idioma Tembé (Tupi-Guarany)**. Journal de la Société des Américanistes, v. 26, n. 1, p. 109-180. pdf. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1934_num_26_1_1911>. Acesso em: 03.05.2017.

VALADÃO, Virginia. [1952]. 2001. **Povos Indígenas no Brasil: Tembé**. [verbete adaptado pela equipe do ISA – n.p]. Centro de Trabalho Indigenista. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/tembe>>. Acesso em: 04.04.2013.

Recebido em 16 de junho de 2023.

Aprovado em 1º de agosto de 2023.